

VI Congresso **POR**

**Tendência pelo
Partido
Operário
Revolucionário**



*São Paulo,
8 e 9 de janeiro de 2000*

Teses sobre a Educação

VI Congresso do POR

Teses para a Educação

I. Capitalismo decadente desintegra a educação

1. A tese de que o capitalismo, na época de renovação tecnológica constante, exige uma escola mais moderna e eficaz, de forma a qualificar o novo tipo de trabalhador, tem sido insistentemente divulgada. A idéia é de que o mecanicismo está ultrapassado na era da informática e das máquinas altamente sofisticadas. Afirma-se que é necessário uma formação polivalente, generalizante, do trabalhador. E que, portanto, a força de trabalho terá de sofrer uma requalificação, que torne o trabalhador capacitado a realizar raciocínios mais complexos e criativos. Essa tese expressa a avaliação de que o capitalismo está em uma fase ascendente e que exige uma nova escola. Tais formulações não passam de máscara ideológica para a realidade completamente oposta.

2. O capitalismo mundial se debate em mais agudas contradições. As forças produtivas altamente potencializadas não podem se expandir nas condições das relações de produção caracterizadas pelo predomínio dos monopólios. É verdade que tem havido grandes inovações tec-

nológicas nos ramos mais lucrativos do capital, mas a alta produtividade logo se esbarra no estreito mercado internacional. O capitalismo, por sua natureza industrial, está obrigado a renovar constantemente o processo de produção. O problema está em que a potencialidade alcançada ultrapassa em muito a capacidade de consumo. Assim, as forças produtivas se encontram na condição de prisioneiras das relações capitalistas de produção e distribuição.

3. As crises regionais, como as ocorridas nos principais países da América Latina, Sudeste Asiático, Rússia etc, são sintomas dessa contradição. A recessão japonesa e a estagnação européia expressam o mesmo impasse do capital. O fato dos Estados Unidos terem sustentado um alto consumo durante a década que termina não contradiz essa caracterização. Consideradas as transformações tecnológicas, o incremento da produtividade e o agigantamento da capacidade das forças produtivas, o desenvolvimento mundial se mostra muito aquém. Nesse quadro, o agigantamento do capital parasitário expõe a agudização da crise estrutural do capitalismo. A valorização do capital financeiro ocorre às custas do endividamento generalizado dos Estados nacionais e da desenfreada especulação nas Bolsas etc. O extraordinário excedente de capital não tem aplicação na produção.

4. As quebras financeiras do final dos anos 90 mostraram a existência da crise de superprodução. O encalhe de mercadorias e o grande endividamento das indústrias e de seus Estados se chocaram com a ciranda especulativa. O resultado foi a bancarrota de grupos econômicos, destruição de postos de trabalho e desemprego em massa. Parte das forças produtivas foram destruídas. Ao contrário do que dizem os apologistas do capitalismo da época imperialista, esse regime está em processo de desintegração. Ou seja, não tem como impulsionar o crescimento das forças produtivas sob as relações monopolistas de produção e o saque da maioria das nações atrasadas por um punhado

de potências. As quebras econômico financeiras e os conflitos bélicos que recrudescem evidenciam destruição de forças produtivas. Essa é a tendência geral do capitalismo.

5. O desemprego crescente por toda parte e a previsão dos organismos do imperialismo (Banco Mundial, ONU etc) de que a miséria absoluta continuará tendo grande projeção entre os trabalhadores atestam o esgotamento desse sistema de exploração do trabalho. O aumento da exploração resulta em maior acumulação de capital e em maior miserabilidade das massas. Essa lei econômica condiciona a inovação tecnológica. E esta, por sua vez, se converte em fator de agravamento da crise de superprodução e de ampla destruição de postos de trabalho. A desintegração do capitalismo recai inteiramente sobre a maioria explorada, na forma de desemprego crônico e de rebaixamento generalizado dos salários.

6. Essa sucinta descrição se contrapõe à falsa caracterização de que o capitalismo mundial se encontra em uma fase ascendente. E que a educação é um fator central para seu desenvolvimento, aproximação dos países e realocação de trabalhadores na produção. Está em voga a propaganda de que a maior escolaridade do assalariado o prepara para a competitividade no mercado de trabalho. Ou seja, que parte do desemprego se deve a defasagem cultural dos trabalhadores frente à modernização. A realidade é outra. Somente a uma pequena parcela de trabalhadores é exigida uma formação mais complexa. A grande maioria continua sendo robotizada, operando mecanismos repetitivos. Por outro lado, não é a defasagem educacional dos trabalhadores em relação à tecnologia que cria o desemprego e miséria. É mentirosa a idéia de que a desqualificação é causa do desemprego e dos baixos salários. Tanto a tecnologia quanto a pobreza e o baixo nível cultural dos trabalhadores são determinados pelas relações capitalistas de produção. Estas relações, na fase imperialista, bloqueiam o pleno desenvolvimento das forças produtivas. A educação acompa-

nha esse impasse e se decompõe.

7. A tendência é dos Estados se livrarem da escola pública e gratuita e incentivarem a mercantilização do ensino. Não há necessidade do capitalismo em conservar e muito menos ampliar o sistema escolar voltado para as amplas massas. Está na ordem do dia a idéia de se assegurar apenas a educação básica, que não vai além da alfabetização e do domínio de operações elementares. Isso vale também para os países imperialistas, onde se faz experiência com o ensino à distância, tele-ensino etc. Por outro lado, o divórcio entre a educação e a produção social impossibilita a unidade entre a teoria e a prática, fruto da divisão social do trabalho na sociedade de classe.

II. Reforma pró-imperialista destrói a escola pública

1. A reforma da educação é parte de um conjunto de medidas antinacionais e antipopulares imposto pelos países imperialistas. Objetivam favorecer o grande capital internacional, que é credor e necessita controlar uma maior fatia da economia nas semicolônias. Há uma ligação estreita entre os denominados planos neoliberais e o crescente endividamento dos países atrasados, as altas somas destinadas ao pagamento da dívida externa, abertura do mercado, desnacionalização etc. O capital parasitário força os governos semicoloniais a criarem condições orçamentárias para valorizá-lo. Isso se dá ao custo de retrocessos econômicos e ataques frontais à vida das massas.

2. A destruição generalizada de boa parte dos serviços sociais constitui um dos pilares da reforma pró-imperialista. Compõe com a desestatização, abertura de mercado, submissão da moeda ao dólar e a denominada flexibilização do trabalho uma única peça contra a economia nacional. Nessas condições, a burguesia subserviente vai fundo nos cortes dos serviços públicos (saúde, habitação, Previdência, educação etc).

3. O argumento de que o enxugamento do Estado, o fim

do intervencionismo estatal na economia e o livre mercado colocam o país semicolonial em sintonia com a “inevitável globalização” e que assim se criarão as bases para um novo ciclo de desenvolvimento não resiste às provas mínimas dos fatos. O que ocorre é o saque do país e o rebaixamento das condições sociais das massas. O mesmo vale para o argumento de que a reforma educacional tem por objetivo adaptar o ensino às novas exigências da “globalização”. No fundo, procura-se obscurecer a verdadeira meta de destruir o ensino público e fortalecer a mercantilização.

4. Os arquitetos da reforma procuram passar a noção de que está em andamento a modernização do sistema educacional. O seu objetivo é diminuir a permanência do aluno na escola, pondo fim à repetência e à evasão. Realizar uma reforma curricular, que elimina algumas disciplinas, aglutina outras nas chamadas áreas de conhecimento, estabeleça uma base nacional comum, cria parte diversificada etc. Instituir a avaliação das unidades escolares e de desempenho dos educadores. A meta mais ambiciosa é a de chegar ao ensino à distância, para o qual torna supérflua a função do professor. Ao contrário dessa propaganda “modernizante”, tais mudanças respondem a interesses financeiros e a desintegração da educação pública. Trata-se de medidas privatizantes.

5. A reforma educacional dos países semicoloniais é traçada pelo Banco Mundial. A idéia básica se resume no seguinte: a) liquidar a universidade pública; b) ampliar a privatização no nível médio; c) municipalizar e criar as parcerias com o empresariado no ensino fundamental. As consequências têm sido o fechamento de escolas (em São Paulo foram fechadas mais de 100 escolas e 8 mil salas de aula), turnos, salas, demissão de trabalhadores em educação, precarização do trabalho, fim da carreira do magistério, superlotação das salas de aula, sorteio de vagas no ensino médio, extinção de pré-escolas, suplência, salas de aceleração, que tem por objetivo encurtar o tempo de permanência no ensino fundamental e ciclo básico. Como se

pode ver, por detrás deste desastre, está a redução de gastos públicos. O sucateamento da escola gratuita contribui com uma parcela para diminuir o déficit público. Déficit este causado pelo extraordinário endividamento interno e externo. Os credores recebem uma fábula em juros às custas da quebra do sistema escolar estatal.

6. Se a atual escola, desvinculada da produção social, é mecanicista e anticientífica, correspondendo a sociedade de classe decadente, a sua pretensa modernização a torna ainda mais superficial e embrutecedora das massas. O ensino à distância é uma total excrescência do capitalismo putrefato, já que elimina o processo educacional na escola, bem como os telecursos de empresa. O tele-ensino, por sua vez substitui o professor de disciplina por um “orientador” polivalente. A educação passa ser totalmente controlada por um punhado de tecnocratas a serviço das empresas. Trata-se da mais descarada mercantilização.

III - A impotência da variante reformista diante da reforma neoliberal da educação

1. A tese reformista parte da idéia de que a educação pode ser melhorada no interior do capitalismo e servir basicamente aos interesses populares. Dizem-se opositores à reforma governamental e se apóiam em um “projeto alternativo”. Entendem que os problemas da má qualidade de ensino, do “autoritarismo” e da “exclusão” correspondem à aplicação de poucos recursos, ao déficit de vagas, a ausência de controle da “sociedade civil” sobre o sistema escolar e as péssimas condições de vida da maioria da população. A solução está em implantar o que chamam de “alternativa democrática e popular”. Para isso, é necessário modificar a composição política no poder do Estado, afastando as forças que encabeçam as medidas neoliberais. A esquerda democrática (esquerda pró-capitalista), aliada a setores burgueses considerados progressistas, teria condições de desenvolver um programa educacional de “inclusão social e de gestão democrática”. É verdade que o governo não

aplica o montante de verbas, que a pobreza dos trabalhadores impede que seus filhos freqüentem as escolas, que a educação é péssima etc. Entretanto é falso o pressuposto que bastaria uma nova orientação política para recompor a escola decadente. A educação é uma superestrutura condicionada pela base econômica. E esta se encontra em desintegração.

2. A verdade é que o reformismo, na essência de sua linha, objetiva amenizar a crise capitalista e iludir os trabalhadores com o pressuposto de melhoria de suas condições sociais. Incentiva as ilusões democráticas na possibilidade dos explorados influenciarem o Estado burguês em aliança com setores capitalistas que se vêem ameaçados pela ofensiva dos monopólios imperialistas. O governo democrático e popular apregoado e já exercido através de governadores se assenta nessa aliança, portanto na política de colaboração de classe. A denominada participação popular é uma máscara para desenvolver a diretriz pró-capitalista. As experiências com “orçamento participativo”, “consulta popular”, “constituente escolar”, “escola cidadã”, “plural” e outras contam com a anuência da burguesia, inclusive com o apoio de organismos do imperialismo, a exemplo da Unicef. A razão está em que não há nenhuma subversão da velha ordem e as massas populares dispersas são chamadas a aceitar a divisão da miséria. Tudo tem de caber dentro do pequeno orçamento destinado aos serviços sociais. É atraente a idéia de que é possível dar uma boa educação (“educação de qualidade”) à maioria explorada, sem alterar as relações de produção, a superexploração do trabalho, o desemprego estrutural e a miséria absoluta que atinge milhões de seres.

3. O reformismo revela sua impotência diante das reais necessidades dos explorados. Nega as reivindicações mais elementares das massas, como a defesa do salário mínimo real e emprego a todos, e desvia a luta da classe operária e demais oprimidos para os mecanismos da democracia burguesa. Nega também as bandeiras democráticas, a exem-

plo do fim da mercantilização do ensino (estatização sem indenização da rede privada), escola gratuita em todos os níveis, fim da ingerência da Igreja na educação (ensino laico) e autonomia do ensino (fim do controle do Estado). Comporta-se tão inconsequentemente, apesar do discurso populista, porque o Estado e a burguesia não podem tomar nenhuma medida progressista, mesmo que limitadamente democrática e trabalhista. A plataforma elementar de defesa das massas no interior do capitalismo não cabe no “orçamento participativo” e na farsa da influência popular na gestão do Estado.

4. A influência da política reformista nos sindicatos tem sido nefasta. Inutiliza-os como instrumento de defesa das condições de vida das massas e de combate à ofensiva imperialista. Subordina-os ao jogo parlamentar e aos objetivos eleitorais da estratégia do governo democrático e popular. Como a sua linha desenvolve a ilusória alternativa reformista à catástrofe neoliberal, coloca para os sindicatos a tarefa auxiliar de apoio ao PT e à frente burguesa oposicionista. Por sua vez, estes seguem o preceito de respeitar as decisões do Parlamento oligárquico e do executivo vendilhão. A atitude do reformismo no Parlamento e nos governos estaduais é de assegurar a estabilidade democrática, que na prática significa aceitar as imposições do imperialismo. Não é por acaso que os sindicatos e a CUT vêm acatando, pela passividade, as medidas antinacionais e antipopulares do governo FHC. A burocracia sindical reformista rechaça unir o proletariado e demais oprimidos para derrubar integralmente o plano pró-imperialista e o governo entreguista.

5. Os sindicatos e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) mostram bem a incapacidade do reformismo em se opor à ofensiva pró-imperialista na educação. O Fundo Nacional de Educação Básica (Fundeb), a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) do fórum e o Plano Nacional das Entidades foram concebidos segundo o princípio da mercantilização do ensino, da coexistência da es-

cola pública com a privada. E submetidos à ação parlamentar. A LDB institucionaliza a orientação do Banco Mundial para a educação. A diferença com as medidas ditadas pelo Banco Mundial são apenas de grau. A essência é a mesma. Uma das características básicas do reformismo é a de estar sempre adaptado ao Estado e seguir as pressões da fração burguesa hegemônica. Eis por que não pode desenvolver nos sindicatos uma política de enfrentamento ao imperialismo e à burguesia interna subserviente.

6. A burocracia reformista, embora critique a orientação neoliberal de submeter tudo a “lógica do mercado”, está obrigada a seguir o mesmo preceito capitalista. Isso diz respeito também à educação. O pressuposto de que o desemprego tem a ver com a desqualificação dos explorados diante da nova realidade tecnológica e que a escola tem de ser reorientada para suprir essa deficiência tem sido assimilada pelos sindicatos. Os cursos nos sindicatos de requalificação, utilizando-se a verba do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e a defesa da participação nos cursos governamentais de “formação contínua” dos professores para essa mesma finalidade são provas concretas de tal seguidismo. Essa conduta desmascara a farsa da “escola cidadã”, que formaria o homem participativo, conhecedor de seus direitos e “incluído” na sociedade. Qualquer que seja a escola no capitalismo serve apenas para adestrar os trabalhadores para vender sua força de trabalho aos exploradores e jogar uns contra outros no restrito mercado de trabalho.

7. No movimento estudantil, a política do estalinismo (PCdoB) e do reformismo (PT) não tem sido diferente frente à ofensiva privatizante das Universidades. A posição hegemônica é do estalinismo. Esta corrente defende a aliança com setores da burguesia, na mesma linha do reformismo contra-revolucionário. Pior ainda, participa de coligações eleitorais com os partidos da direita (PFL), dizendo que se trata apenas de uma questão tática. Assim, imprime na UNE, UBES etc a política aparelhista e de submissão a governos, Parlamento e outras instituições burguesas. O es-

talismo e o reformismo são carne e unha no movimento social. Suas disputas são movidas pelo carreirismo burocrático e aparelhismo sindical.

8. As massas estudantis carecem de assimilar o programa proletário para enfrentar a opressão capitalista, cujas consequências para a pequena burguesia arruinada são cada vez mais duras. Os estudos acadêmicos estão totalmente distanciados da realidade, em grande medida artificiais, obscurantistas e sem interesse. A universidade como reduto de uma ultraminoria, que permitia-lhe acesso mais fácil ao emprego, agora nem isso assegura. A decadência do capitalismo a destitui de qualquer sentido. O sucateamento do ensino público universitário e a mercantilização crescente indicam um total desprezo da burguesia para com o ensino de nível superior. Aos empresários da educação interessam ganhar dinheiro, não importando a qualidade da mercadoria. Nesse processo mercantilista, aumenta a expulsão dos estudantes mais pobres das universidades. Frente a um ataque tão contundente, a direção estalinista e reformista só fazem politicagem, arrastando as entidades estudantis dos detrás do eleitoralismo e do frentismo burguês.

9. O governo se utiliza da chamada autonomia financeira e administrativa para restringir as verbas das Universidades públicas e estrangulá-las. A direção da UNE sucumbe diante dessa manobra. Mostra-se incapaz de organizar o movimento nacional dos estudantes em contra-posição total à reforma anti-educação de FHC. Dessa forma, combate as bandeiras revolucionárias como a da real autonomia, que se baseia no poder das assembleias universitárias, expropriação do sistema privado de ensino sem indenização e implantação do sistema único de educação pública, sob o controle da classe operária e demais setores dos explorados. A tarefa de conquistar a independência política, ideológica e organizativa é a condição para o movimento estudantil superar a impotência a que foi submetido pela política das direções conciliadoras.

10. A luta pela autonomia universitária depende da defe-

sa de um programa antiimperialista e anticapitalista. Os estudantes têm de evoluir a consciência, compreendendo que o capitalismo é um sistema social adverso à maioria e que imporá uma barbárie social mais ampla do que já se vive. A defesa da estratégia do governo operário e camponês (ditadura do proletariado), em torno da qual se deve estabelecer a aliança operário-estudantil, é necessária para impor a derrota histórica da burguesia. A luta pelas reivindicações mais elementares não tem como avançar se a massa estudantil não levantar a estratégia antiimperialista e anticapitalista e se unir no campo revolucionário do proletariado.

11. Com o processo de restauração capitalista na ex-URSS, China, Cuba etc, a burguesia, os porta-vozes pró-imperialistas e as mais diversas variantes do reformismo passaram a apregoar o triunfo definitivo do capitalismo e a derrocada do marxismo, do comunismo. Tais falsificações têm sido implantadas pela reação, objetivando impedir a organização da vanguarda estudantil em torno de posições marxistas-leninistas-trotskyistas. Entretanto, a experiência mundial tem mostrado que a restauração não é a falência do comunismo, mas sim o resultado da política do estalinismo contra-revolucionário. E também que o capitalismo reserva à classe operária, aos camponeses e à juventude desemprego, catástrofes e guerras. Frente a isso renasce o interesse da camada mais avançada para a doutrina socialista. A luta por derrotar ideologicamente as teses pró-capitalistas e pró-imperialistas está em pleno vigor. O POR trabalha para que os estudantes se elevem à altura do Programa de Transição da IV Internacional, redigido por Leon Trotsky. Traduz o Programa de Transição à situação concreta do país.

IV- A defesa da escola vinculada à produção social

1. A defesa da educação é parte do programa da revolução social. A expropriação da propriedade privada dos meios de produção e sua transformação em propriedade

coletiva eliminará a contradição entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e as relações de produção. Como parte das forças produtivas, a força de trabalho deixará de ser fonte de exploração e reassumirá sua função histórica original de bem comum. O capitalismo amadureceu todas as premissas econômicas, a ponto de chegar ao cume de sua fase superior imperialista, para se transformar no seu contrário, ou seja, na sociedade sem classes, comunista. Se a classe operária e demais trabalhadores não se organizam em torno do programa da revolução social e preparam as condições para derrotar a burguesia, a barbárie continuará avançando. A destruição da escola e do ensino para as massas, cada vez mais supérfluo aos interesses dos monopólios, corresponde a uma das facetas dessa barbárie. Compreendendo isso, rejeitamos as posições reformistas e corporativistas que dão a idéia da possibilidade de um nova escola, no interior do capitalismo, e de elevação cultural da classe operária e demais explorados. Ao contrário, partimos do pressuposto de que a luta por uma nova escola obriga o proletariado a conformá-la como elemento do programa da revolução socialista.

2. A maioria explorada, constituída pela classe operária, camponeses e outras camadas populares, não têm acesso aos conhecimentos acumulados e estão embrutecidos na capacidade intelectual. Os operários têm uma existência inteiramente dedicada a vender sua força de trabalho por um preço vil e consumir seus dias como apêndice das máquinas. A educação que lhes é dada é do adestramento para o trabalho alienado e da subserviência social. Trata-se de uma educação para a exploração. Podemos dizer que o sistema educacional capitalista é um dos pilares da ditadura de classe da burguesia (minoría) sobre os oprimidos (maioría). É um equívoco achar que a ditadura de classe da burguesia circunscreve-se à violência policial militar e à repressão judicial. O controle social do intelecto das massas é uma condição para a reprodução do capital e para amortecer a inevitável luta de classes. Não é por acaso

que a educação carrega no seu interior uma tremenda carga ideológica e política de justificativa histórica do capitalismo e de reforço constante da alienação da consciência dos trabalhadores frente ao lugar que ocupa nas relações de produção.

3. Historicamente, como assinala Marx, o capitalismo estabeleceu uma relação entre a “instrução primária e o trabalho na fábrica”. Refere-se à criação de “escolas politécnicas e agrônômicas” em função das necessidades da “indústria moderna”. O ensino profissional permitiu a iniciação do “manejo prático dos diferentes instrumentos de produção”. Ao mesmo tempo, Marx alerta que essa relação espontaneamente gerada entre a instrução elementar e a produção social não pode ser desenvolvida plenamente no sistema de exploração do trabalho e de divisão social que cada vez mais mutila intelectualmente os trabalhadores. Por isso, conclui que “não há dúvida de que a conquista inevitável do poder político pela classe operária trará a adoção do ensino tecnológico, teórico e prático nas escolas do trabalho”. Essa formulação tem total vigência. Quando Marx analisou as transformações provocadas pela manufatura e, em seguida, pela indústria moderna, o capitalismo ainda estava em ascensão, impulsionando as forças produtivas e necessitando de uma força de trabalho apta às transformações tecnológicas. Na atualidade, fase imperialista de decomposição, o capitalismo se desintegra, bloqueia o desenvolvimento do ensino das massas. Agudizou-se a separação entre a produção social e a educação. E a divisão social do trabalho tornou-se mais embrutecedora das faculdades mentais das massas.

4. A escola desvinculada da produção social expressa a separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, entre a prática e a teoria. No fundo dessa separação estão a divisão social do trabalho e a divisão de classe. A burguesia domina o conhecimento através de uma pequena minoria de cientistas, pesquisadores e técnicos. À maioria traba-

lhadora está reservada a utilização de sua força física, mecânica. A atividade mental dos operários se resume aos movimentos repetitivos e extremamente parcializados. A especialização na indústria moderna reflete a posição do trabalhador de apêndice de uma máquina parcial. A ciência e a tecnologia presentes no processo fabril de produção (“forças intelectuais da produção”), por serem propriedades do capitalista, manifestam-se independentemente da força de trabalho, que é recrutada para servir o capital. Assim, os operários que movem a produção comparecem mutilados em suas faculdades. Somente uma pequeníssima fração delas é utilizada. O trabalhador movimenta-se como um fragmento do processo de produção.

5. A escola capitalista não faz senão desfigurar as capacidades criadoras e reforçar o embrutecimento advindo da exploração e da divisão social do trabalho. A separação entre a teoria e a prática impossibilita a formação integral dos indivíduos e anula a base científica do conhecimento. Os métodos pedagógicos considerados mais avançados - inclusive pretensamente baseados na teoria e a prática - não conseguem alcançar seus objetivos justamente porque a escola está distante da produção social. Não se trata de criar artificios para forjar a unidade entre a teoria e a prática. Se o conhecimento não é formado na atividade prática, que por natureza é transformadora e reveladora das leis de funcionamento da natureza e da sociedade, a teoria já acumulada comparece de maneira deformada e metafísica (mecânica, fragmentada). A luta pela unidade entre a teoria e a prática, pela escola vinculada à produção social, coloca para os trabalhadores a superação da divisão social do trabalho capitalista. E esta virá com a transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva. A harmonização das forças produtivas coletivizadas com a propriedade socialista e a mudança da relação entre o trabalhador e a máquina colocarão as massas na condição de conhecedora e transformadora da realidade natural e social.

5. A defesa das reivindicações democráticas e educacionais contra a destruição da escola pela burguesia não significa defender a escola capitalista, o domínio do Estado sobre ela e todo aparato cultural alienante. O argumento de que a reforma da velha escola é um passo progressivo para futuras transformações resulta em política pró-capitalista. Ao contrário, todas as reivindicações em defesa do ensino público, gratuito e laico e contra as reformas neoliberais estão condicionadas à luta por uma escola em que tenha vigência a unidade entre a teoria e a prática. A conquista dessa unidade depende da classe operária tomar o poder político e transformar a base econômica. A fusão do trabalho manual e intelectual somente é possível na escola vinculada à produção social; e esta, por sua vez, será produto da sociedade comunista.

6. A tese de um ensino não classista no interior do capitalismo é mais uma variante ideológica das peripécias reformistas. Pretende-se, assim, uma escola de formação crítica, humanizadora das relações sociais e emancipadora. Acredita-se que isso se obterá com métodos pedagógicos que desalienem a consciência do homem frente à realidade vivida. No entanto, essa escola “humanizadora” se atém à propriedade privada dos meios de produção, não está contraposta à opressão de classe e não conflita com o Estado burguês. Via de regra, os “humanizadores” dos oprimidos têm vínculo com a Igreja, fonte de obscurantismo cultural e de defesa da subserviência dos trabalhadores através do pacifismo. Os mais radicais querem fazer crer que a emancipação dos oprimidos virá pela transformação da consciência despertada por conteúdos humanizadores. Trata-se de uma escola de catequese de uma moral abstrata, como justiça, solidariedade, cidadania etc. Desconhece-se ou acoberta-se que a escola faz parte da superestrutura ideológica, condicionada pelas relações de produção e dominação de classe. Não é a escola que transformará a consciência dos trabalhadores, mas será a prática revolucionária da luta de classes que trans-

formará a escola. O movimento anticapitalista da classe operária levantará o programa de eliminação da escola de classe.

7. Na escola predomina o ensino metafísico (fragmentado, decorativo, livresco). O pressuposto idealista de que a consciência determina a existência e de que o conhecimento parte primariamente do próprio pensamento está na base de toda educação. As pressões clericais para restabelecer em todo o país o ensino religioso na escola pública são indicadores da degenerescência da escola anticientífica e adestradora. Em alguns Estados, o obscurantismo clerical já ganhou terreno na escola pública. Acrescenta-se a isso, que a Igreja já é proprietária de uma vasta rede de ensino. Desde cedo, no seio da família, nos jardins de infância e nas pré-escolas, as crianças são moldadas pela religião. O obscurantismo clerical deve ser combatido como fator ideológico de sustentação da sociedade de classe. A escola científica baseia-se na concepção materialista e no método dialético. O conhecimento acumulado, expressão e propulsor do desenvolvimento das forças produtivas, da revelação das leis de funcionamento da natureza e da sociedade, comprova a validade do método materialista, dialético e histórico. Atesta que é a existência que determina a consciência e não o contrário. Essa premissa materialista, elemento fundamental da produção científica, não cabe na escola da servidão capitalista.

V. Plataforma de defesa da escola vinculada à produção social

A tarefa essencial é de unir a maioria explorada em torno do programa da classe operária para defender a vida das massas e avançar em direção à destruição do sistema de exploração do homem pelo homem. A estratégia do programa se concentra na derrocada do poder burguês e estabelecimento do Estado Operário, dirigido por um governo operário e camponês, expressão da ditadura do pro-

letariado. As reivindicações educacionais fazem parte desse objetivo histórico. Rechaçamos a separação entre o programa mínimo e o programa máximo, típico da política centrista. As reivindicações elementares, quaisquer que sejam elas, são ponto de partida para a luta pelo poder. Assim, servem de base para unir a maioria em torno da classe operária e desenvolver os métodos revolucionários de luta anticapitalista e anticimperialista. Eis os principais pontos dessa plataforma:

1. A escola única, pública, gratuita, autônoma, laica, enraizada na produção social;

2. Extinção de toda rede privada de ensino (confessional e empresarial) e estatização de todos os níveis de ensino, sob o controle dos trabalhadores;

3. Autonomia integral da educação. Eleição direta de todos os órgãos educativos e revogabilidade de mandato. Cabe ao Estado apenas destinar as verbas necessárias;

4. Expulsão da burocracia universitária. Governo tripartite, submetido à soberania da assembleia universitária. Autonomia universitária, com o controle de todo o processo de ensino por estudantes, professores e funcionários. Fim das parcerias, universidade sustentada exclusivamente pelo Estado. Aliança operário-estudantil;

5. Escola laica. Contra toda ingerência da religião nas unidades escolares. Defesa da escola científica, contra o obscurantismo religioso;

6. Unidade entre a teoria e a prática. Uma escola onde os alunos permaneçam um período na produção e outro na escola.

7. Derrubada integral da reforma privatista do ensino. Organização da luta antiimperialista e anticapitalista contra a diretriz neoliberal da burguesia;

8. Piso nacional para todos os trabalhadores em educação, implantação imediata do salário mínimo real, por 20 horas semanais. Reposição integral de todas as perdas e escala móvel dos salários;

9. Contratação imediata de todos os demitidos, escala

móvel das horas de trabalho. Fim do trabalho voluntário nas escolas. Nenhum jovem desempregado. Que nenhum jovem estudante trabalhe mais do que 4 horas;

10. Defesa de todas as conquistas sociais: Previdência única e pública a todos os trabalhadores e outras;

11. Eliminação da violência nas escolas através do emprego a todos que estejam aptos para o trabalho. Fim da intervenção policial nas escolas e constituição de comitês de luta;

12. Governo Operário e Camponês (ditadura do proletariado)